

Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 **Maracanã**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

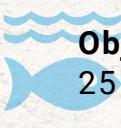
**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24	
14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25	
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27	
16 – PIB per capita.....	28	
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30	
18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31	
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33	
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34	
21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35	
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37	
23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38	
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39	
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41	
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43	
27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44	
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45	
29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46	
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48	
31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49	
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023)	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Maracanã x RI Guamá x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Maracanã x RI Guamá x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Maracanã x RI Guamá x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Maracanã x RI Guamá x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Maracanã x RI Guamá x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconómicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de Maracanã (PA).



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

Entre 2019 e 2021, a taxa de pobreza no município de Maracanã manteve-se relativamente estável, oscilando levemente entre 72,6% e 72,0%. Contudo, em 2022 houve um salto expressivo para 98,3%, seguido de uma queda significativa para 68,8% em 2023. Esse padrão aponta para um agravamento temporário da pobreza, possivelmente relacionado aos impactos econômicos e sociais da pandemia e ao fim de auxílios emergenciais. Na Região de Integração (RI) do Guamá, a taxa foi de 45,2% em 2019, caiu para 43,5% em 2020 e depois subiu para 62% em 2022, voltando a

43,8% em 2023. O estado do Pará também seguiu tendência semelhante: de 42 % em 2019, caiu para 40,5% em 2020, subiu para 59,1% em 2022 e recuou para 43,4% em 2023. O ano de 2022, portanto, representa um ponto de inflexão comum às três esferas territoriais (Gráfico 1).

A queda registrada em 2023 indica uma recuperação parcial após o pico de pobreza em 2022. No entanto, a taxa de Maracanã continua alta em comparação com a média da RI Guamá e do Pará, revelando desigualdades mais acentuadas em nível municipal. A diferença entre Maracanã (68,8%)

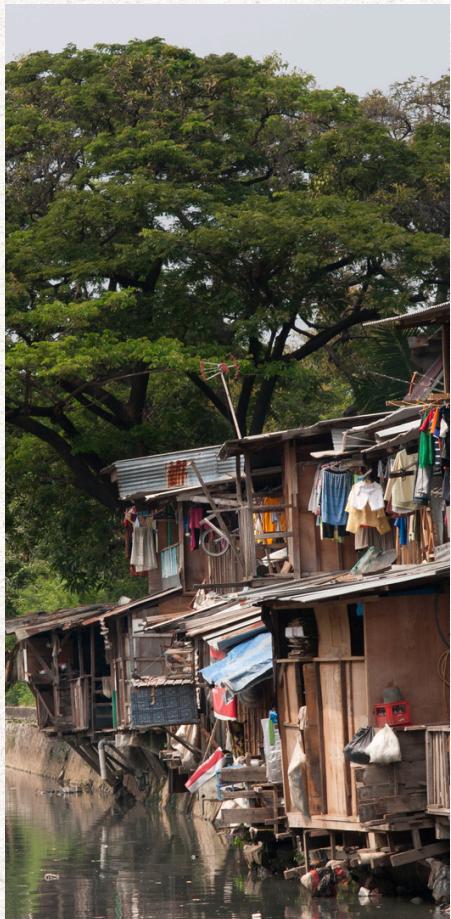
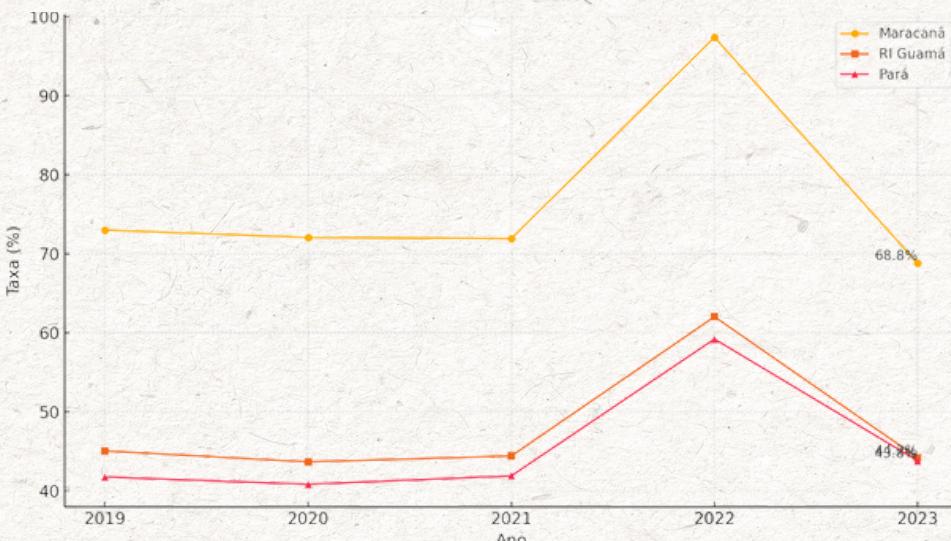




Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 68,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

O município de Maracanã apresentou, ao longo de todo o período analisado, os maiores percentuais de despesas públicas com serviços essenciais entre os três níveis territoriais. Em 2019, esse percentual era de 80,9%, caindo para 76,4% em 2023. Apesar da redução, trata-se de um valor ainda significativamente superior à média estadual. O menor patamar foi registrado em 2021, com 76,1%, e a maior recuperação ocorreu em 2022, quando chegou a 79,2%. Já na RI do Guamá, o indicador cresceu de 64,7% em 2019 para 69,6% em 2021, mas caiu para 63,6% em 2023. No Pará, a série mostra certa estabilidade, com pequena oscilação entre 62,7% (2019) e 60,9% (2023), com o menor

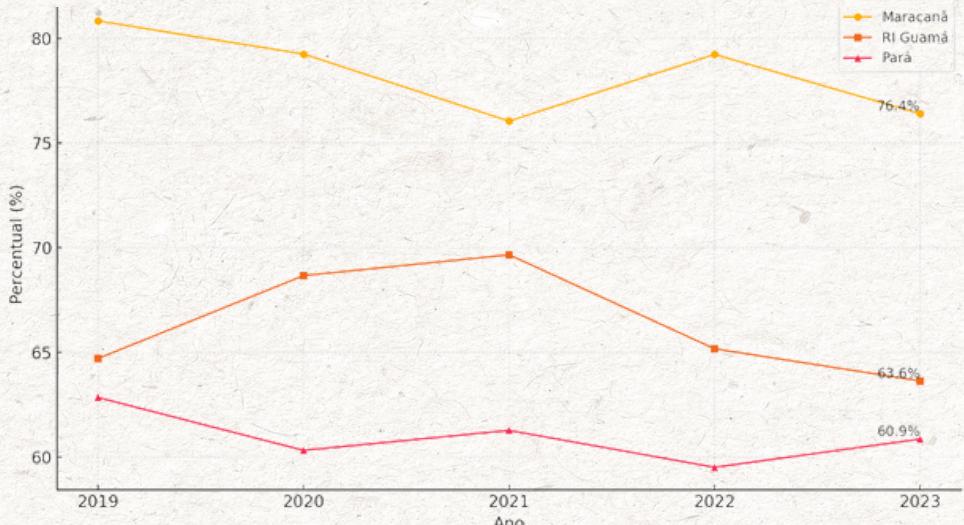
índice em 2022 (59,3%) (Gráfico 2).

Essa trajetória demonstra que Maracanã priorizou, em termos orçamentários, os investimentos em áreas como saúde, educação e assistência social. Apesar da leve queda em 2023, o município segue acima da RI e do estado, indicando maior comprometimento com o bem-estar da população. Já a RI Guamá apresentou comportamento mais volátil, com tendência de queda nos dois últimos anos. O Pará, por sua vez, mantém uma média inferior a 62%, o que pode refletir maior dispersão dos recursos ou limitação orçamentária frente à dimensão territorial e populacional (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 76,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta foi alcançada.



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Em Maracanã, a prevalência de crianças com baixo peso ao nascer apresentou variações marcantes. O município começou com 10,5% em 2019, caiu bruscamente para 6,7% em 2020, subiu para 7,5% em 2021, aumentou para 8,6% em 2022 e encerrou o período com 10% em 2023. A oscilação expressiva pode estar ligada a fatores como qualidade do pré-natal, acesso a serviços de saúde e segurança alimentar. Na RI Guamá, os valores evoluíram de forma mais gradual, subindo de 7,3% (2019) para 8,6% (2023), com crescimento constante a partir

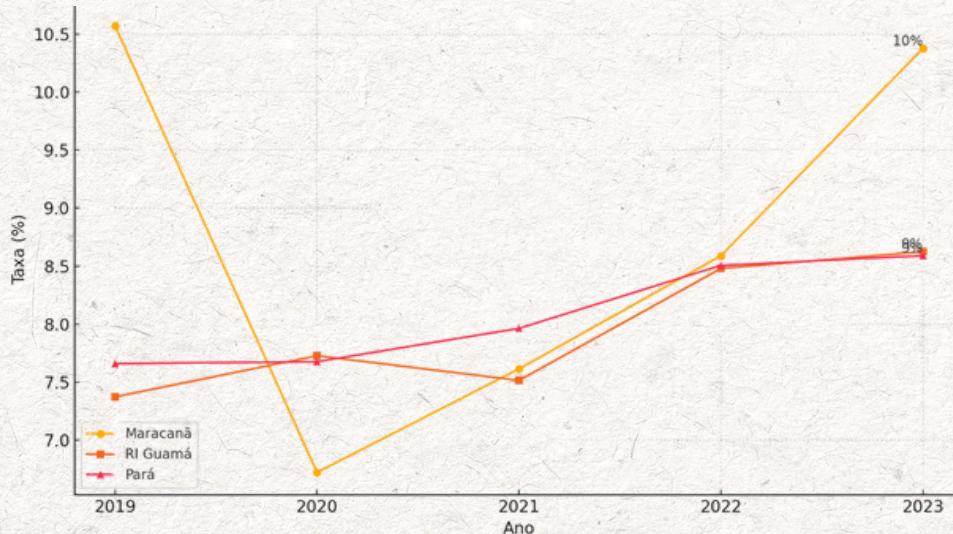
de 2020. No estado do Pará, a taxa foi de 7,7% em 2019 e subiu de forma progressiva até alcançar 8,6% em 2023 (Gráfico 3).

Enquanto o estado e a RI apresentam crescimento moderado e consistente, Maracanã revela um comportamento mais instável e preocupante. A recuperação da taxa elevada ao fim do período aponta para uma piora nos determinantes de saúde infantil, possivelmente associada à insegurança alimentar ou falhas no acompanhamento pré-natal. A taxa de 10% em 2023 coloca o município em

patamar bem acima da média estadual, evidenciando fragilidades na rede de atenção básica e nos serviços de saúde materno-infantil (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



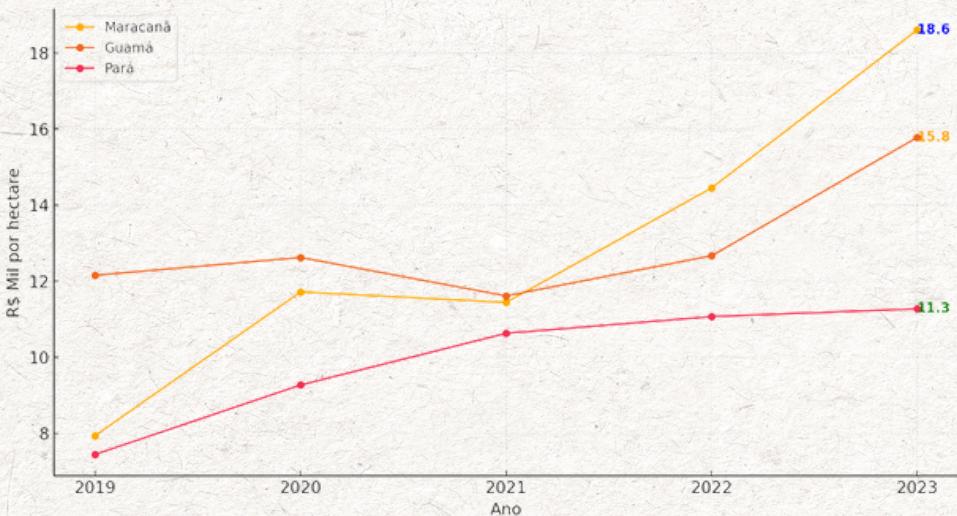
Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

A produtividade agrícola de Maracanã teve crescimento expressivo de R\$ 8,0 mil/hectare em 2019 para R\$ 18,6 mil/hectare em 2023. Os avanços foram contínuos, com destaques em 2020 (R\$ 11,7 mil) e 2022 (R\$ 14,4 mil), indicando melhoria consistente no desempenho do setor. A RI Guamá, por sua vez, começou em patamar mais alto (R\$ 12,2 mil/hectare), e encerrou com R\$ 15,8 mil em 2023. Já o estado do Pará iniciou com R\$ 7,5 mil/hectare em 2019 e subiu de forma contínua até atingir R\$ 11,3 mil em 2023. Os dados mostram que Maracanã ultrapassou tan-

to a RI quanto o estado a partir de 2021 (Gráfico 4).

O desempenho de Maracanã reflete ganhos de produtividade superiores à média regional, o que pode ser explicado por maior eficiência no uso de tecnologia, acesso a crédito rural ou diversificação produtiva. A elevação constante sugere um ambiente favorável ao setor agropecuário local, o que contribui para o desenvolvimento econômico do município. Já o desempenho da RI Guamá foi mais irregular, com oscilações ao longo do período, e o Pará apresentou crescimento moderado e estável (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 18,6 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

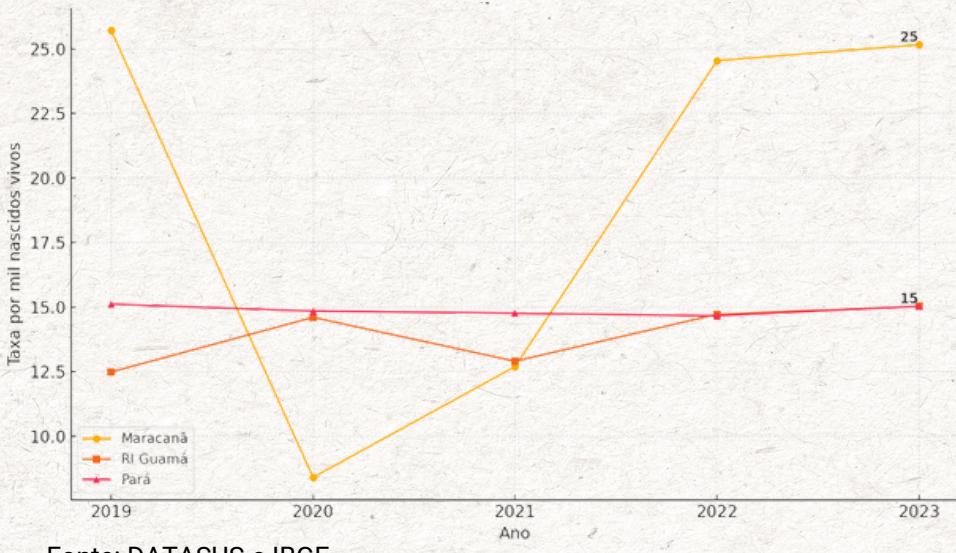
No município de Maracanã, a taxa de mortalidade infantil variou consideravelmente ao longo dos anos. Em 2019, o índice era de 25,7 por mil nascidos vivos, caindo drasticamente para 8,4 em 2020. No entanto, a taxa voltou a subir para 12,7 em 2021, alcançando 24,5 em 2022 e 25,0 em 2023, indicando uma piora no cenário local. Já na RI do Guamá, a taxa cresceu de 12,5 (2019) para 14,7 (2020), recuou para 13,0 (2021), e voltou a subir para 14,7 (2022) e 15,0 (2023). No estado do Pará, os valores oscilaram levemente entre 15,2 e 14,6, finalizando também em 15,0 no último ano da série (Gráfico 5).

A comparação revela que Maracanã apresenta taxas muito mais elevadas e voláteis que as demais esferas territoriais. Enquanto Pará e RI do Guamá mantêm certa estabilidade, Maracanã demonstra fragilidade nos indicadores de saúde infantil, o que pode estar associado à precariedade nos serviços de atenção básica e maternidade. O pico em 2023 reforça a necessidade de medidas urgentes para reduzir a mortalidade neonatal e perinatal. Intervenções como ampliação do pré-natal, acesso a partos seguros e acompanhamento nos primeiros dias de vida podem ser decisivas (Gráfico 5).





Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 25 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

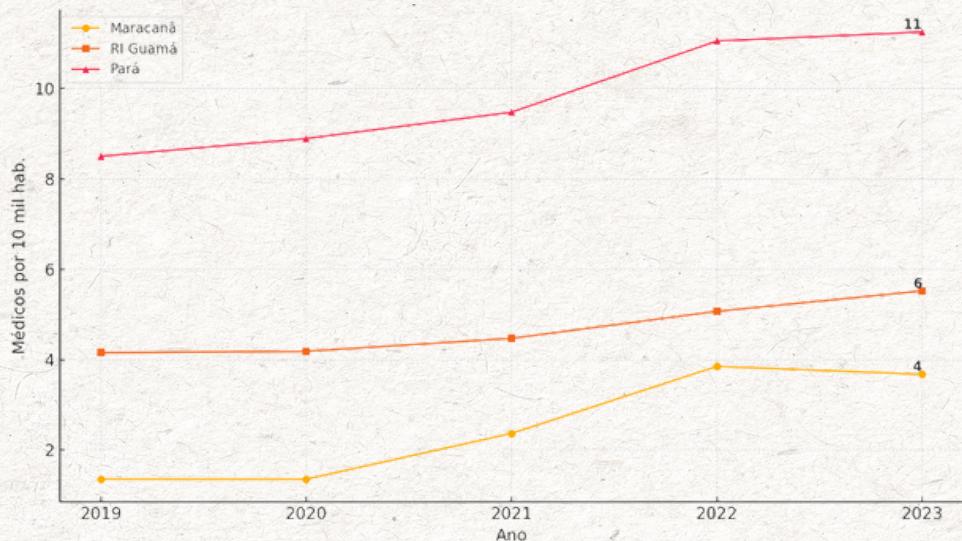
O município de Maracanã iniciou o período com baixa densidade médica: 1,3 médico por 10 mil habitantes em 2019 e 2020. Em 2021, houve aumento para 2,4, seguido de crescimento mais expressivo em 2022, atingindo 3,9 médicos. Em 2023, o número se estabilizou levemente abaixo, em 4. Já a Região de Integração do Guamá manteve crescimento constante: de 4,2 (2019) para 5,0 (2022), encerrando com 5,6 em 2023. O estado do Pará apresentou desempenho superior, saindo de 8,5 (2019) para 11,0 médicos por 10 mil habitantes em 2023 (Gráfico 6).

A trajetória de Maracanã mostra avanços, mas o número ainda é insuficiente frente

às médias regionais. Mesmo com a duplicação da taxa entre 2020 e 2023, o município apresenta um dos menores índices de cobertura médica da série. Isso reforça a precariedade na disponibilidade de profissionais de saúde, especialmente se relacionada à alta mortalidade infantil local. A desigualdade em relação ao estado, que tem quase três vezes mais médicos por habitante, aponta para um grave desafio na interiorização da atenção básica e especializada. Estratégias como programas de fixação de médicos, incentivo à formação local e telemedicina podem mitigar esse déficit (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

O município de Maracanã apresentou maior oferta proporcional de vagas públicas ao longo de todo o período. Em 2019, contava com 272 vagas por mil habitantes, número que caiu para 260 em 2020 e 250 em 2021. Em 2022, houve um aumento para 272, seguido de queda para 240 em 2023. Na RI do Guamá, os valores partiram de 217 em 2019, recuaram para 209 (2020), cresceram gradualmente até 215 (2022), e depois caíram para 190 em 2023. O estado do Pará teve comportamento semelhante: de 211 (2019) caiu para 206 (2020), recuperou-se até 220 (2022), e encerrou com 198 em 2023 (Gráfico 7).

Apesar da redução em 2023, Maracanã manteve-se acima

da média regional e estadual ao longo dos cinco anos, demonstrando um compromisso superior com a capacidade de atendimento educacional. A oscilação da oferta de vagas pode estar relacionada tanto a fatores demográficos quanto a políticas de reorganização da rede. A retração generalizada em 2023 pode refletir cortes orçamentários, fechamento de turmas ou queda na demanda. A diferença entre o município e o estado, que chegou a mais de 50 vagas por mil habitantes, indica desigualdades estruturais na distribuição do acesso à educação pública. É importante investigar se a oferta acompanha as reais necessidades da população local (Gráfico 7).

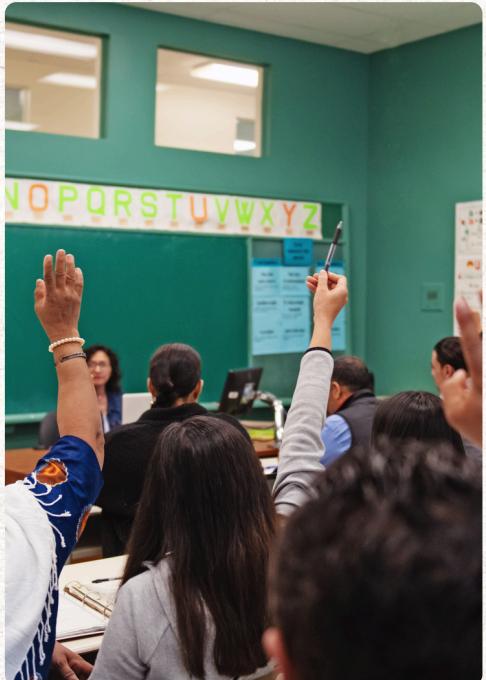
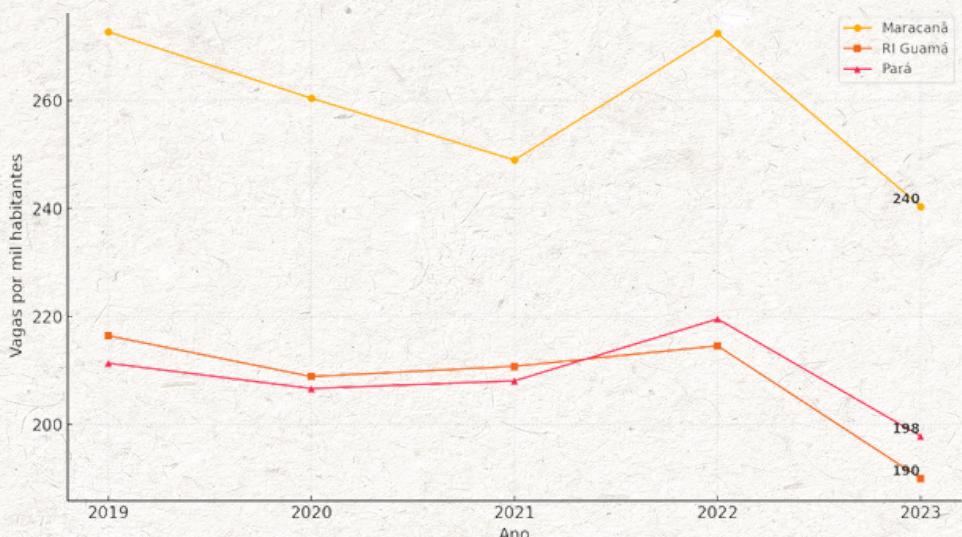




Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 240 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

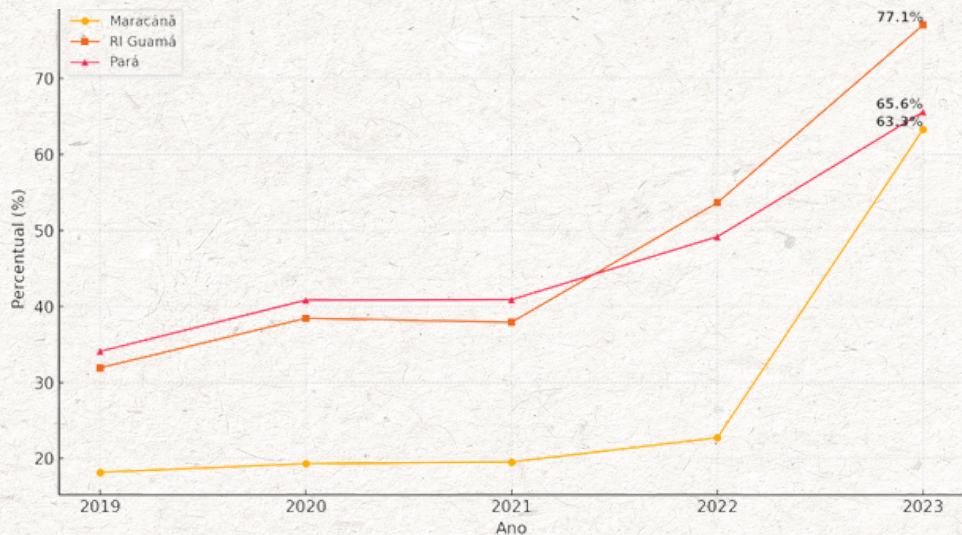
Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Em Maracanã, o percentual de escolas com acesso à internet partiu de um patamar muito baixo em 2019, com apenas 18,1%. Esse valor subiu timidamente para 19,2% em 2020 e 19,5% em 2021. A partir de 2022, houve uma aceleração: 23,0% no penúltimo ano e 63,3% em 2023, o que representa um crescimento expressivo recente. A RI do Guamá iniciou com 31,9% em 2019, atingiu 38,5% em 2020, manteve-se estável até 2021, e saltou para 54,2% (2022) e 77,1% (2023). O estado do Pará registrou 33,6% em 2019, elevando-se para 41,1% (2020), 41,5% (2021), 49,1% (2022) e 65,6% (2023) (Gráfico 8).

O avanço registrado entre 2021 e 2023 reflete esforços para promover a inclusão digital nas escolas, especialmente após os desafios do ensino remoto durante a pandemia. Ainda assim, Maracanã permanece atrás da média da RI e do estado, mesmo com o progresso recente. O atraso inicial comprometeu a continuidade pedagógica durante o período de ensino remoto emergencial. A rápida expansão final, embora positiva, requer investimentos complementares em infraestrutura, capacitação docente e uso pedagógico da tecnologia (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros



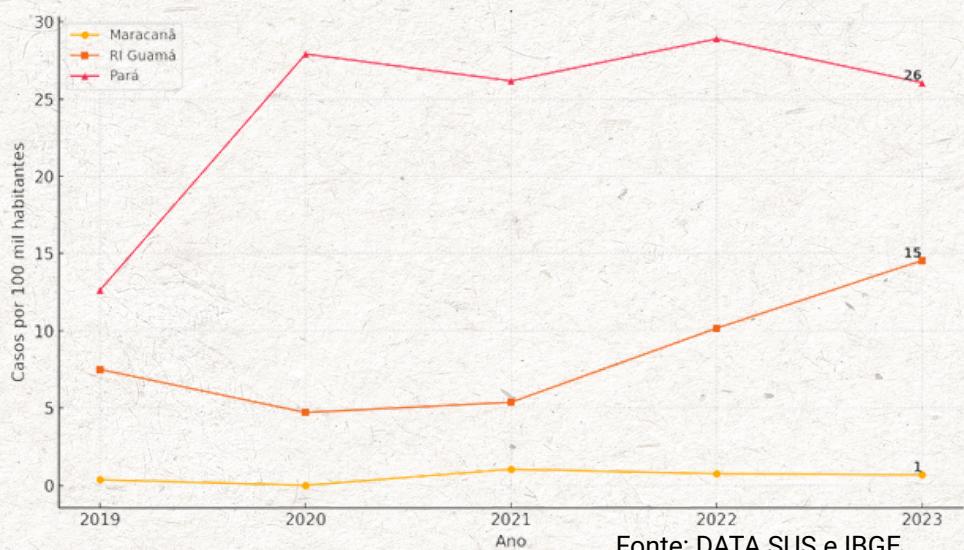
O município de Maracanã apresentou taxas extremamente baixas ao longo do período, partindo de 0,3 casos por 100 mil habitantes em 2019, caindo a 0,0 em 2020, e oscilando levemente até 1,0 em 2023. Esses números podem indicar subnotificação, ausência de registros ou problemas na rede de proteção e denúncia. A Região de Integração (RI) do Guamá apresentou uma evolução de 7,6 em 2019 para 15,0 casos em 2023, com crescimento mais acentuado entre 2021 (5,4) e 2022 (10,2). Já o estado do Pará teve uma alta considerável de 12,6 (2019) para 28,1 (2020), mantendo-se entre 26 e 29 até recuar para 26,0 em 2023 (Gráfico 9).

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.



A comparação evidencia a discrepância entre os níveis territoriais, com Maracanã reportando números drasticamente inferiores à média estadual e regional. Essa diferença pode refletir não necessariamente uma realidade menos violenta, mas sim uma estrutura institucional menos preparada para identificar e registrar casos. O aumento progressivo nas taxas da RI e do estado reforça a necessidade de políticas de enfrentamento à violência doméstica. É crucial investir em canais de denúncia, capacitação dos agentes públicos e campanhas educativas. Maracanã, especificamente, deve ser analisado quanto à eficácia dos fluxos de acolhimento e registro, para evitar que os dados escondam uma realidade invisibilizada (Gráfico 9).

**Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Maracanã x RI
Guamá x Pará (2019-2023)**



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

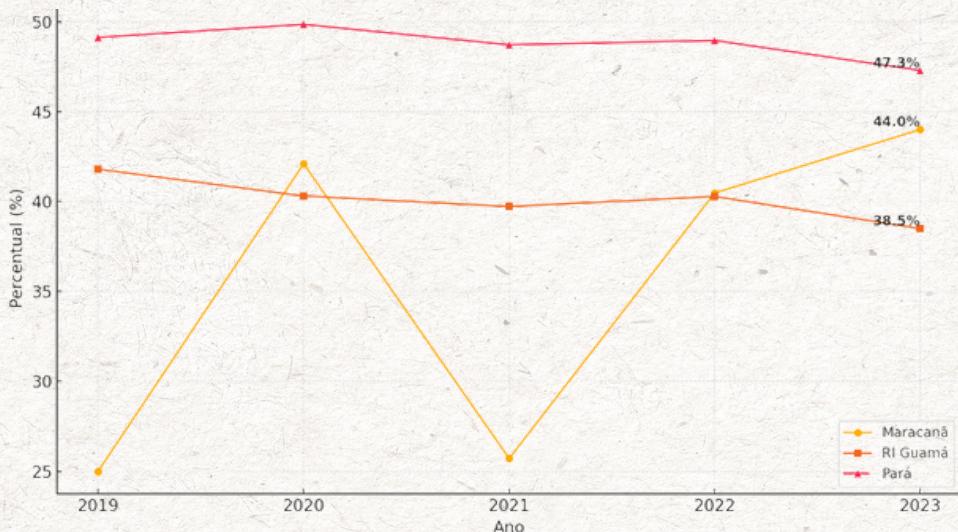
Em Maracanã, o percentual de mulheres em cargos gerenciais iniciou em 25,1% em 2019, saltou para 42,1% em 2020, caiu para 25,9% em 2021, e voltou a crescer, atingindo 44,0% em 2023. Esse comportamento oscilante revela instabilidade nas oportunidades de liderança feminina no município. A RI do Guamá apresentou relativa estabilidade, com leve queda de 41,9% (2019) para 38,5% (2023), mantendo-se sempre em torno de 40%. No estado do Pará, a presença feminina é mais consolidada: variou de 49,2% (2020) para 47,3% (2023), permanecendo próxima do equilíbrio entre os sexos (Gráfico 10).





Apesar da oscilação, o desempenho de Maracanã em 2023 representa um avanço expressivo em relação a 2019, sugerindo melhoria nas políticas de inclusão e ascensão profissional das mulheres. No entanto, a queda em 2021 destaca a vulnerabilidade dessa participação quando não sustentada por políticas institucionais permanentes. A RI Guamá mostra uma leve retração, o que pode indicar estagnação ou retrocessos locais. O estado, por sua vez, apresenta um patamar mais consolidado de equidade de gênero, sendo referência para os demais níveis. Garantir estabilidade e ampliação contínua da ocupação feminina em cargos de decisão é essencial para a promoção de igualdade no mercado de trabalho (Gráfico 10).

**Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres,
Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023)**



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 44%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

O município de Maracanã apresentou cobertura extremamente baixa de coleta de esgoto para a população de baixa renda entre 2019 e 2023. Em 2019, o percentual era de apenas 0,5%, subindo discretamente para 0,6% em 2020 e 2021, e mantendo-se nesse patamar até 2023. Já na RI do Guamá, a cobertura foi de 1,0% em 2019 e caiu levemente para 0,9% nos dois anos seguintes, voltando a crescer para 1,1% em 2023. O estado do Pará apresenta os melhores resultados relativos: de 7,0% em 2019 para 11,5% em 2023, com crescimento contínuo ano após ano (Gráfico 11).

A comparação revela uma grande desigualdade entre o município e as médias regional e estadual. Mesmo com o aumento dos investimentos per capita em Maracanã, a universalização do serviço de coleta ainda está longe da realidade das famílias de baixa renda. A baixa cobertura implica em sérios riscos à saúde pública, especialmente para populações mais vulneráveis. O crescimento expressivo no estado indica avanços em políticas estruturais de saneamento, mas que ainda não alcançaram de forma efetiva os municípios menores como Maracanã. A priorização de investimentos focados na expansão da infraestrutura básica é urgente para romper o ciclo de exclusão sanitária nessa população (Gráfico 11).

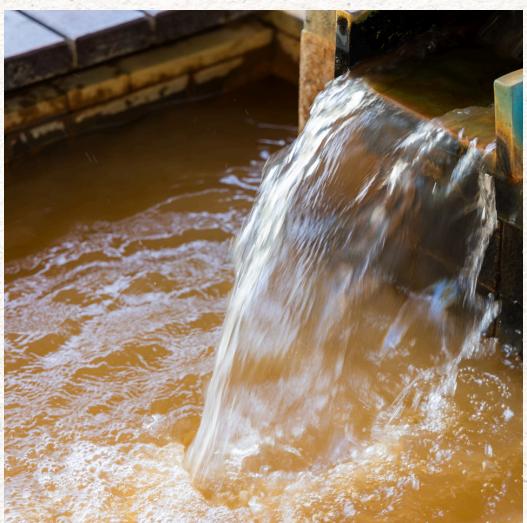
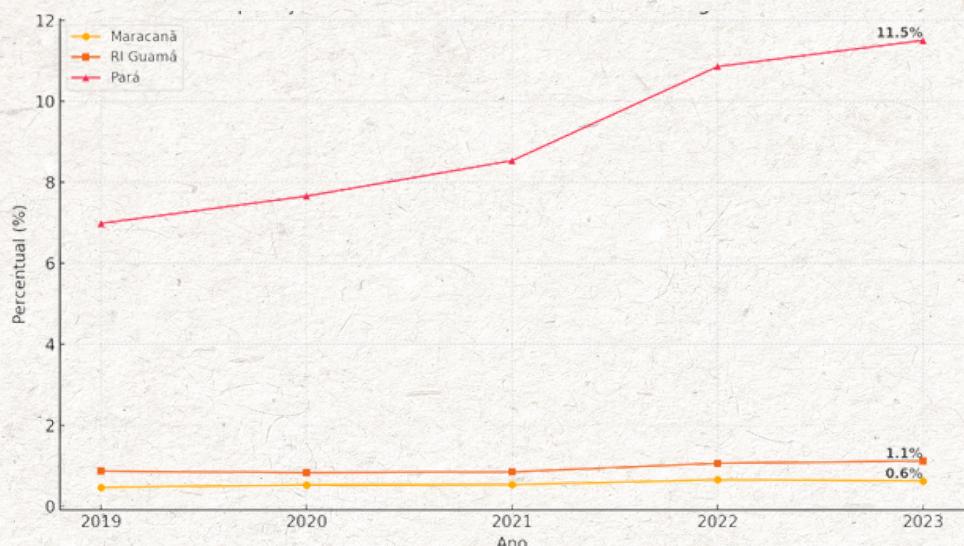




Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

O município de Maracanã iniciou o período com R\$ 38,2 de gasto per capita em 2019, caiu para R\$ 32,6 em 2020, e cresceu progressivamente até R\$ 57,0 em 2023. Esse aumento constante desde 2021 revela esforços recentes de investimento no setor. A RI Guamá, por outro lado, manteve valores estáveis e baixos de 15,5 (2019) até 16,1 (2022), com queda para R\$ 11,1 em 2023. O estado do Pará se destaca com valores superiores: R\$ 80,1 (2019), R\$ 112,7 (2020), pico de R\$ 154,1 em 2022, e R\$ 137,2 em 2023, mantendo-se bem acima das médias regionais (Gráfico 12).

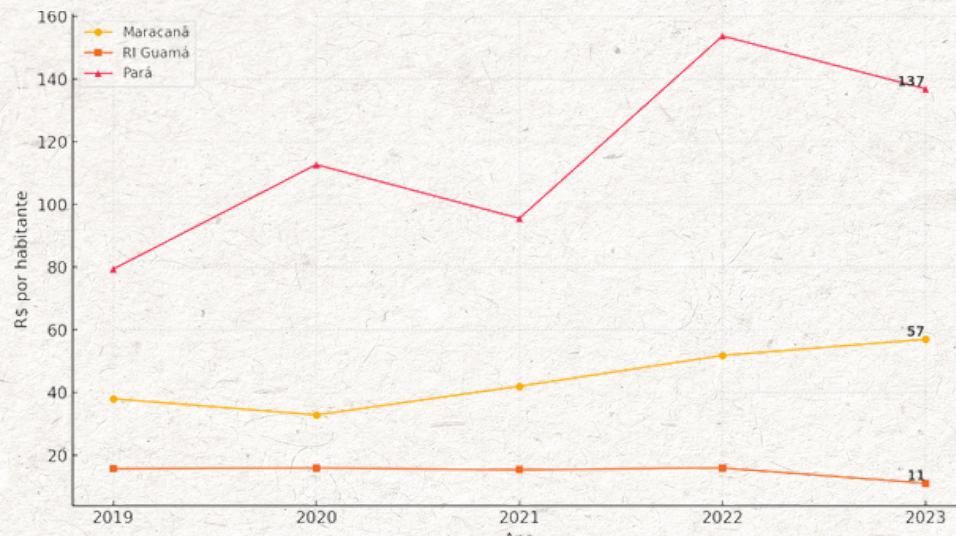
A trajetória de Maracanã é positiva, embora ainda aquém

dos investimentos estaduais. O crescimento nos últimos anos pode estar associado a projetos específicos ou aumento da capacidade de execução orçamentária. A RI Guamá revela estagnação preocupante, com tendência de queda mais recente, sugerindo baixa priorização do tema. A diferença entre o gasto estadual e regional, superior a R\$ 100 por habitante em 2023, denuncia desigualdades no acesso à infraestrutura de saneamento. A continuidade dos investimentos em Maracanã será fundamental para reduzir déficits históricos e garantir melhores condições sanitárias à população, especialmente em áreas de vulnerabilidade (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 57/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 7: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

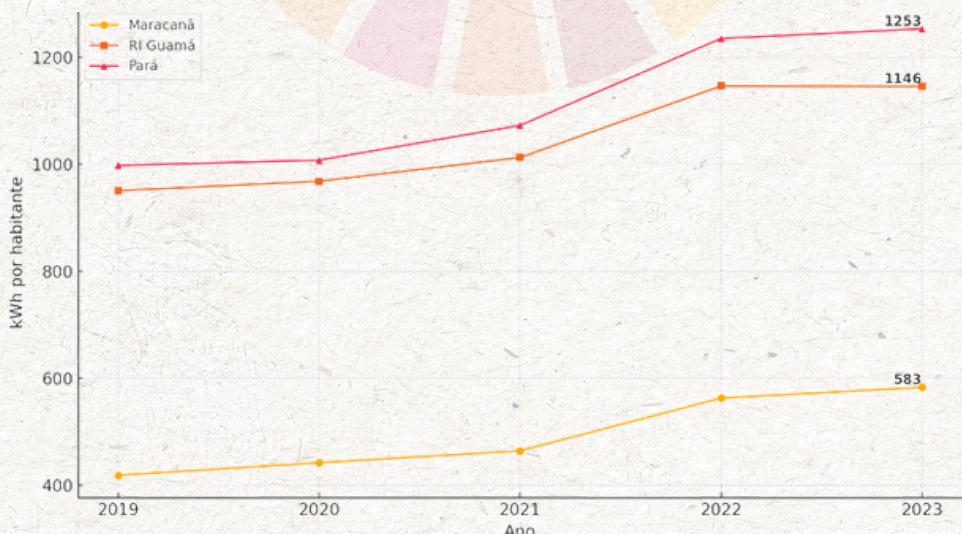


No município de Maracanã, o consumo de energia elétrica per capita evoluiu de 421 kWh/hab. em 2019 para 445 em 2020, chegando a 468 em 2021. Em 2022 houve um salto para 565, finalizando em 583 kWh/hab. em 2023. A RI Guamá apresentou crescimento contínuo: de 954 em 2019 para 1.146 kWh/hab. em 2023. Já o estado do Pará iniciou com 995 e alcançou 1.253 kWh/hab. no mesmo período (Gráfico 13).



Apesar do crescimento, Maracanã continua bem abaixo das médias regional e estadual. A diferença entre o município (583) e o estado (1.253) em 2023 é de 670 kWh, indicando disparidade significativa no acesso e uso de energia. O aumento expressivo entre 2021 e 2022 sugere melhorias no fornecimento, eletrificação rural ou maior consumo residencial. Entretanto, o patamar ainda revela limitações no acesso pleno a bens e serviços energéticos. Investimentos em infraestrutura e ampliação da rede são fundamentais para reduzir esse déficit (Gráfico 13).

**Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.),
Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023)**



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 583 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

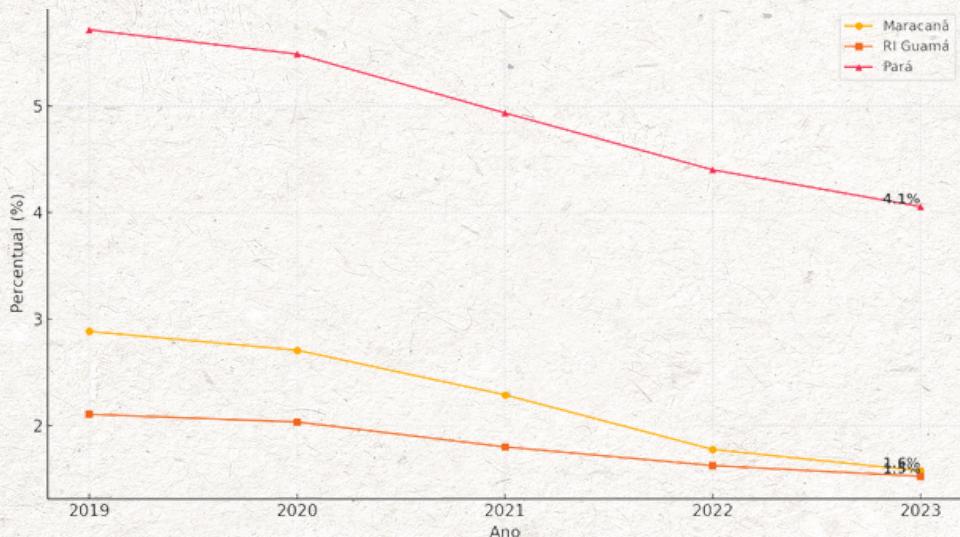
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Maracanã registrou redução contínua no percentual de domicílios de baixa renda com iluminação fóssil: 2,9% em 2019, 2,7% em 2020, 2,3% em 2021, 1,8% em 2022 e 1,6% em 2023. A RI Guamá teve comportamento semelhante, saindo de 2,1% em 2019 e atingindo 1,5% em 2023. O estado do Pará começou com 5,7% e caiu consistentemente para 4,1% em 2023 (Gráfico 14).



O avanço na substituição de fontes fósseis por eletricidade é evidente em todos os níveis, com destaque para Maracanã. Mesmo partindo de valores mais baixos, o município apresentou redução de 1,3 ponto percentual no período. A persistência do uso de fontes fósseis, embora em queda, ainda representa um desafio, principalmente em comunidades isoladas ou de difícil acesso. A continuidade das políticas de eletrificação e combate à pobreza energética é essencial. O progresso regional e estadual aponta um caminho viável que pode ser ampliado com ações direcionadas (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

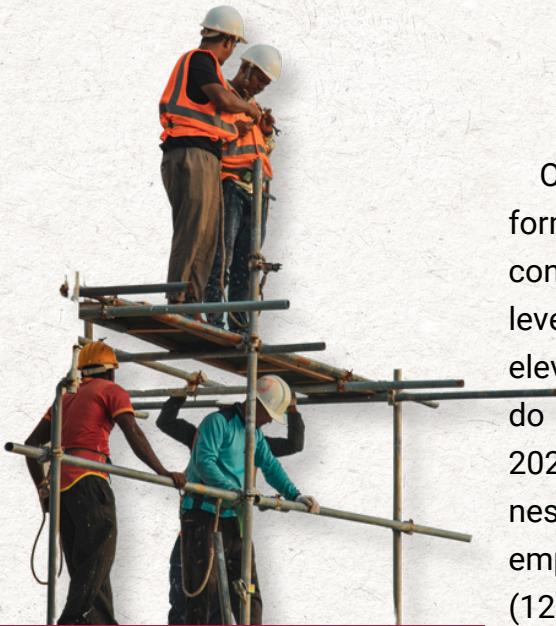


ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



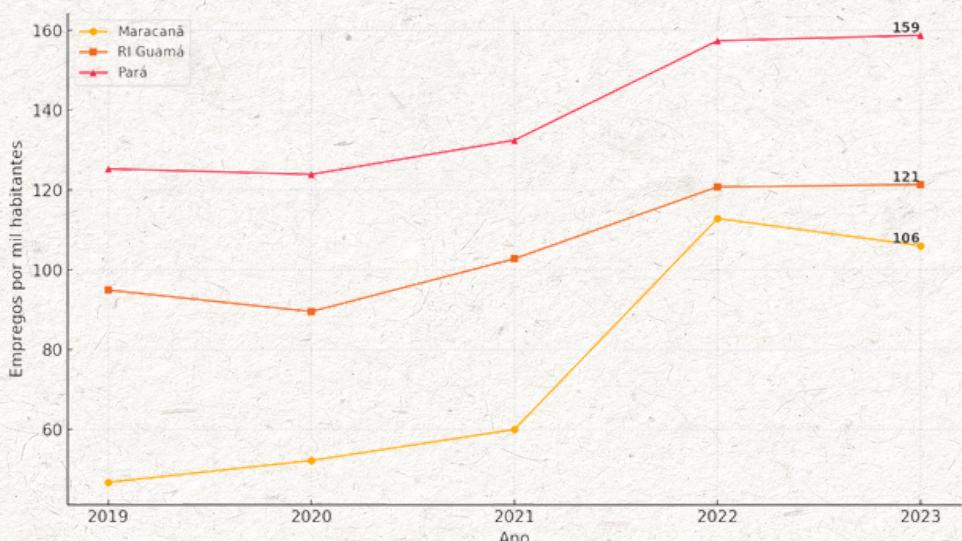
Empregos Formais por Mil Habitantes

O município de Maracanã iniciou 2019 com 48 empregos formais por mil habitantes e apresentou crescimento constante até 2022, quando atingiu 113. Em 2023, houve um leve recuo para 106, ainda mantendo-se em patamar mais elevado que os anos anteriores. A Região de Integração (RI) do Guamá partiu de 95 (2019), sofreu queda para 90 em 2020, mas se recuperou para 121 em 2022, mantendo-se nesse nível em 2023. Já o estado do Pará iniciou com 126 empregos por mil habitantes, manteve-se estável em 2020 (125) e chegou a 159 em 2023, demonstrando avanço contínuo e consistente (Gráfico 15).

Apesar do crescimento expressivo de Maracanã entre 2021 e 2022, o município ainda se encontra abaixo da média estadual e regional em 2023. A diferença em relação ao Pará é de 53 postos formais por mil habitantes, refletindo a concentração de empregos em áreas mais desenvolvidas. O salto de 2021 para 2022 em Maracanã pode ser atribuído à recuperação econômica pós-pandemia e possíveis políticas locais de geração de emprego. A estabilização da RI Guamá e o crescimento contínuo do Pará apontam para uma recuperação mais sólida na escala estadual. Maracanã, por sua vez, precisará manter esforços em qualificação, empreendedorismo e atração de investimentos para sustentar seu desempenho (Gráfico 15).



**Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Maracanã x RI
Guamá x Pará (2019-2023)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 106 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

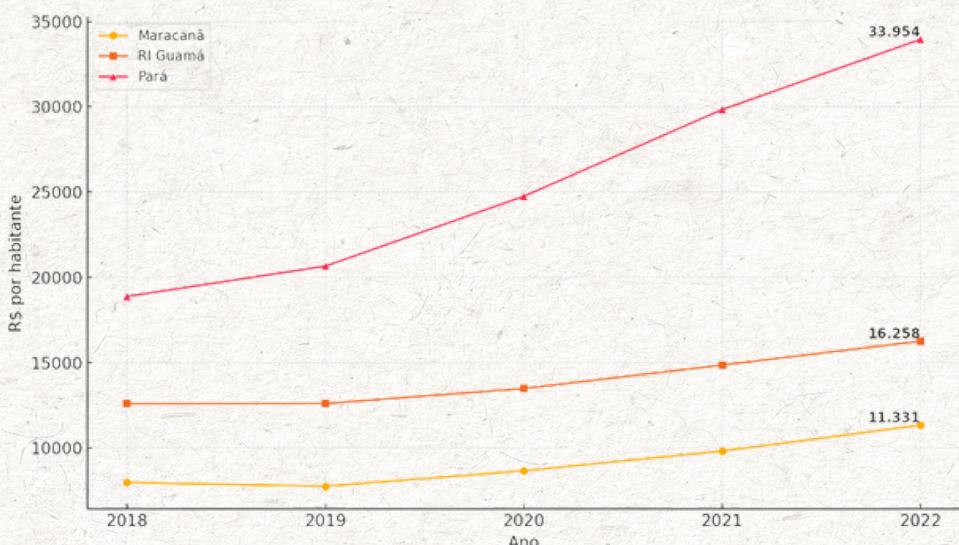
Em 2018, o PIB per capita de Maracanã era de R\$ 8.032 e caiu para R\$ 7.735 em 2019. A partir de 2020, iniciou-se uma trajetória de crescimento: R\$ 8.742 (2020), R\$ 9.862 (2021) e R\$ 11.331 em 2022. A RI Guamá apresentou valores superiores ao longo de todo o período, partindo de R\$ 12.696 (2018) e atingindo R\$ 16.258 em 2022. O estado do Pará, por sua vez, destacou-se com aumento expressivo: de R\$ 18.989 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022, um salto de quase 80% em cinco anos (Gráfico 16).



A evolução do PIB per capita mostra que, embora Maracanã tenha avançado, a distância para a média estadual se ampliou. Em 2022, a diferença entre o município e o estado era de mais de R\$ 22 mil por habitante, evidenciando desigualdades estruturais de produtividade e renda. A RI Guamá também cresceu, mas com ritmo mais modesto, mantendo uma posição intermediária. O crescimento do Pará indica forte valorização de atividades econômicas estratégicas no estado, especialmente extrativas e industriais (Gráfico 16).



Gráfico 16 - PIB per capita, Maracanã x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 11.331/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



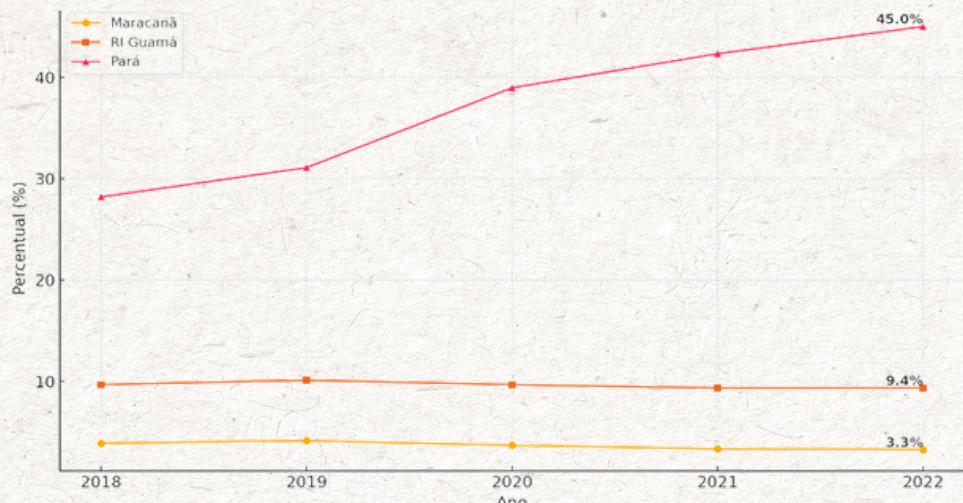
No município de Maracanã, a participação da indústria no PIB foi bastante reduzida e em tendência de queda. Em 2018, o valor adicionado da indústria correspondia a 3,7% do PIB municipal, subindo ligeiramente para 4,0% em 2019. A partir de 2020, houve retração: 3,5% (2020), 3,1% (2021) e 3,3% em 2022. Na RI do Guamá, os percentuais foram mais elevados, embora também relativamente estáveis: 9,6% em 2018, 9,9% em 2019 e 9,4% em 2022. Já o estado do Pará apresentou um crescimento expressivo: de 28,2% em 2018 para 45,0% em 2022 (Gráfico 17).

A disparidade entre Maracanã e o estado do Pará é marcante, sendo de quase 42 pontos percentuais em 2022. Isso evidencia a baixa industrialização do município e sua dependência de outros setores econômicos, como agricultura, serviços públicos e transferências. Enquanto o Pará ampliou sua base industrial possivelmente impulsionado pela mineração, siderurgia e grandes empreendimentos – Maracanã não acompanhou esse dinamismo. A RI Guamá tem desempenho intermediário, com estabilidade que sugere presença de pequenas indústrias regionais. O cenário de Maracanã reforça a importância de políticas de fomento à industrialização leve, incentivos à agroindústria e capacitação produtiva local para diversificar e fortalecer sua economia (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Maracanã x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em Maracanã, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes apresentou um crescimento expressivo, passando de 3,0 em 2019 para 4,7 em 2020, e depois para 14,1 em 2021. O pico foi alcançado em 2022, com 28,7 profissionais, seguido por queda para 24,0 em 2023. A RI Guamá teve evolução mais



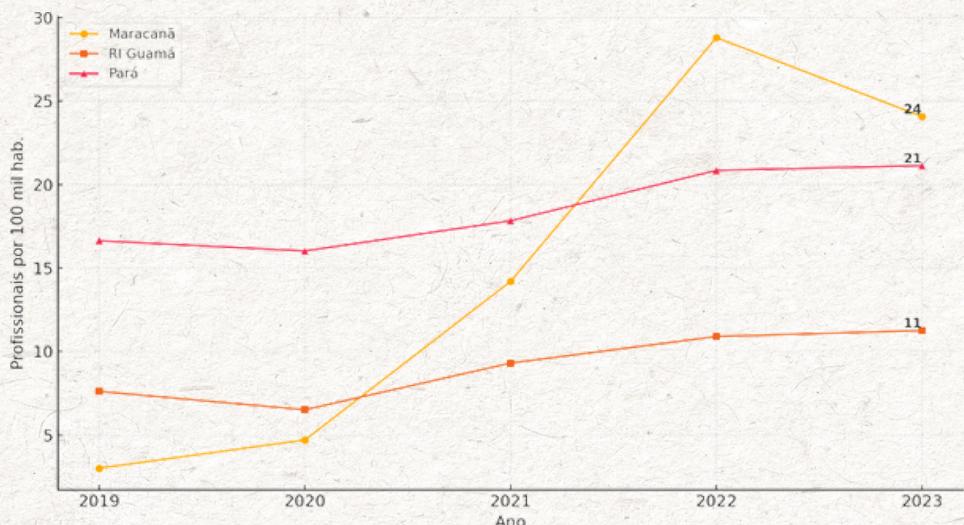
moderada: 7,7 (2019), 6,6 (2020), 9,3 (2021), 10,8 (2022) e 11,0 em 2023. Já o estado do Pará apresentou crescimento contínuo: 16,8 (2019), 16,2 (2020), 17,9 (2021), 20,9 (2022) e 21,1 em 2023 (Gráfico 18).



Apesar do recuo recente, Maracanã encerrou 2023 com a maior taxa entre os três níveis, superando inclusive o estado. Esse avanço pode refletir iniciativas locais de incentivo à formação e contratação de profissionais técnicos e científicos, embora a queda após 2022 indique instabilidade. A RI Guamá teve evolução consistente, mas em patamar inferior. O crescimento estadual foi contínuo e linear, com expansão estruturada da base científica no Pará. O desempenho de Maracanã merece atenção positiva, mas requer ações para consolidar esse salto e evitar retrocessos (Gráfico 18).



Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 24 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles





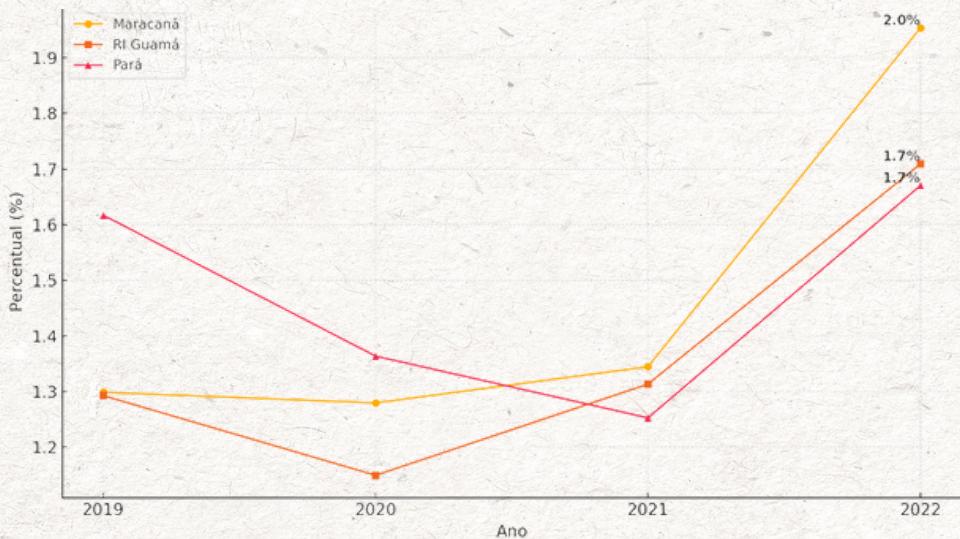
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

O município de Maracanã teve crescimento significativo da massa salarial em relação ao PIB. Em 2019, representava 1,30% e manteve-se em 1,28% em 2020. A partir de 2021, subiu para 1,34% e atingiu 2,00% em 2022, um avanço considerável. A RI Guamá oscilou de 1,30% (2019) para 1,15% (2020), voltando a crescer para 1,70% em 2022. O estado do Pará caiu de 1,62% (2019) para 1,26% (2021), encerrando com 1,69% em 2022 (Gráfico 19).

Maracanã, portanto, encerrou 2022 com a maior proporção de massa salarial formal em

relação ao PIB entre os três níveis. Esse avanço sinaliza não apenas aumento no número de vínculos, mas também melhora nos rendimentos pagos no setor formal. A RI Guamá e o Pará também se recuperaram após quedas anteriores, possivelmente impactadas pelos efeitos da pandemia. A valorização da massa salarial em Maracanã é um indicativo positivo de dinamismo econômico e formalização. Sustentar essa trajetória depende de políticas de qualificação profissional e fortalecimento dos setores empregadores locais (Gráfico 19).

**Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB),
Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2022)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,0%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

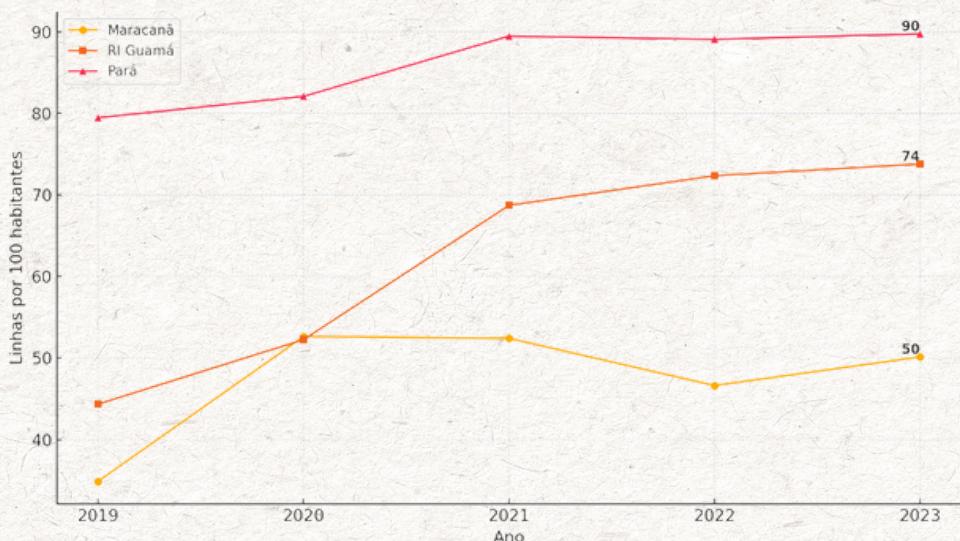
Em Maracanã, o acesso à telefonia móvel cresceu de 34,8 linhas por 100 habitantes em 2019 para 52,3 em 2020, mantendo-se nesse patamar até 2021. Em 2022, houve uma queda para 46,8, seguida de leve recuperação para 50,0 em 2023. Já na RI do Guamá, o indicador saiu de 44,7 em 2019 e subiu continuamente, atingindo 74,1 em 2023. No estado do Pará, o acesso foi o mais alto em toda a série, crescendo de 79,5 em 2019 para 90,0 em 2023 (Gráfico 20).

Embora Maracanã tenha apresentado expansão inicial no acesso à telefonia móvel, seu crescimento estagnou nos últimos anos, e o município permanece com cobertura inferior à média regional e estadual. A diferença em 2023 chega a 40 pontos em relação ao estado, evidenciando uma limitação significativa de conectividade local. A RI do Guamá, por sua vez, tem demonstrado progresso constante e já se aproxima da média estadual. Esse dado revela desigualdades digitais que podem impactar a inclusão tecnológica e social. Políticas de expansão da infraestrutura móvel e incentivos ao acesso popular são fundamentais para reduzir essa lacuna (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 50 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

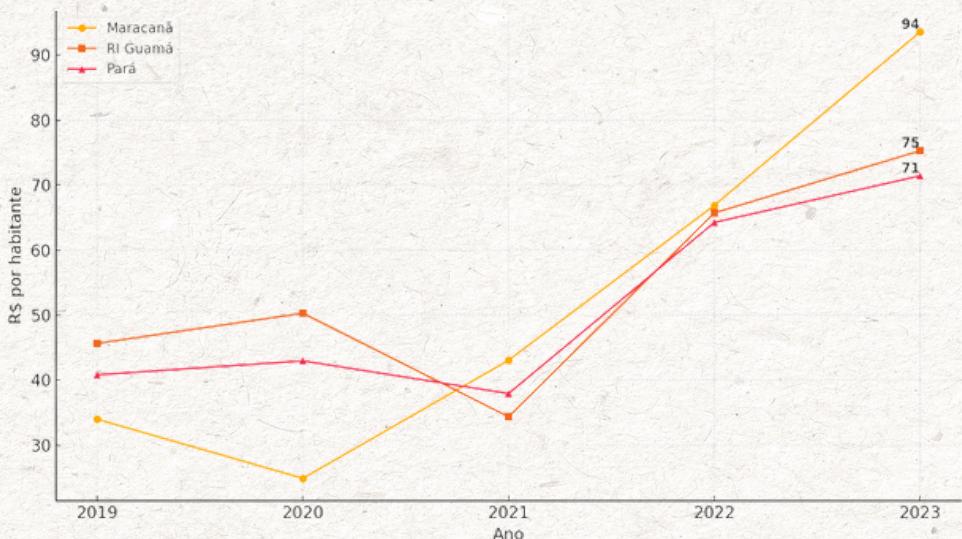
Em Maracanã, os gastos públicos por habitante com cultura e meio ambiente variaram significativamente no período. Em 2019, eram R\$ 34,2, caindo para R\$ 24,3 em 2020 o menor valor da série. A partir de 2021, iniciou-se uma trajetória de crescimento: R\$ 43,3 (2021), R\$ 66,7 (2022) e R\$ 94,0 em 2023, o valor mais alto entre os três territórios. A RI do Guamá partiu de R\$ 45,7 em 2019, chegou a R\$ 50,5 em 2020, mas caiu para R\$ 34,9 em 2021, retomando crescimento até atingir R\$ 75,0 em 2023. Já o Pará variou de R\$ 40,6 (2019) para R\$ 71,1 em 2023, com tendência também ascendente (Gráfico 21).

O desempenho de Maracanã em 2023 des-

taca-se positivamente, com despesa per capita superior tanto à média regional quanto estadual. Essa elevação pode indicar maior priorização orçamentária para ações culturais e ambientais ou execução de programas específicos financiados por transferências. A recuperação após a baixa em 2020 sugere retomada pós-pandemia. A RI Guamá teve crescimento mais contido, enquanto o estado apresentou avanço estável e contínuo. O investimento crescente nessas áreas é estratégico para a qualidade de vida, educação ambiental, turismo e preservação dos recursos naturais – elementos centrais para o desenvolvimento sustentável local (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 94/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 12: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.





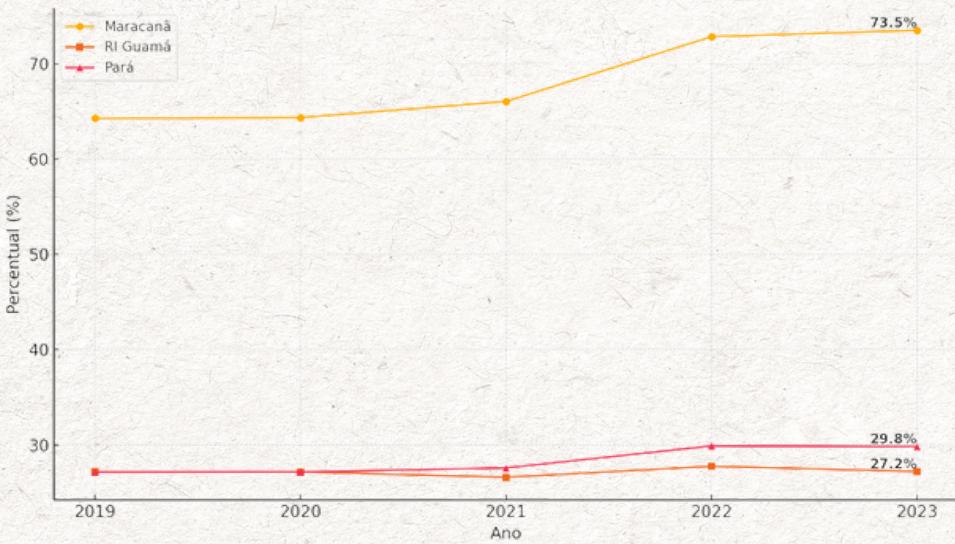
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

O município de Maracanã apresentou percentuais muito elevados de descarte inadequado de resíduos pela população de baixa renda. Em 2019 e 2020, o indicador era de 64,1%, subindo para 66,2% em 2021. Em 2022, houve um aumento acentuado para 73,0%, seguido de leve alta para 73,5% em 2023. A RI do Guamá manteve-se entre 26,8% e 27,6% ao longo do período. Já o Pará partiu de 26,7% em 2019 e encerrou 2023 com 29,8% (Gráfico 22).

Maracanã apresenta um cenário alarmante, com mais de 70% da população de baixa

renda descartando lixo por queima ou enterro em 2023. Esse índice é quase o triplo da média estadual, evidenciando ausência de políticas públicas eficazes de coleta domiciliar e destinação adequada. A estabilidade na RI e no estado contrasta com a deterioração da situação no município. A expansão dos serviços de limpeza urbana, especialmente em comunidades vulneráveis, é urgente para enfrentar os impactos ambientais e sanitários desse quadro. Sem intervenções estruturantes, o problema tende a se agravar com o crescimento populacional (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 73,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



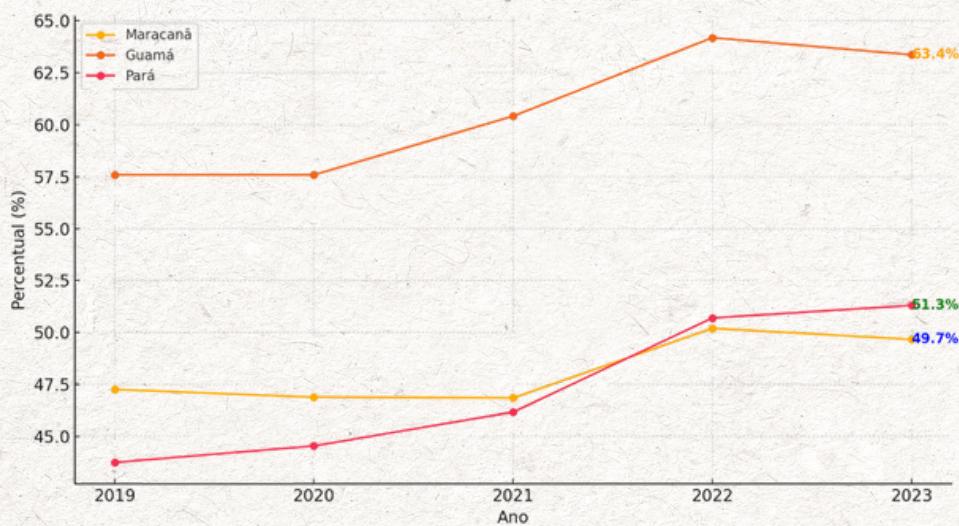
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Em Maracanã, o percentual de população de baixa renda com fossa rudimentar era de 47,4% em 2019, mantendo-se quase inalterado até 2021. Em 2022, o índice saltou para 50,5% e caiu levemente para 49,7% em 2023. A RI Guamá iniciou com 57,6% em 2019 e atingiu 63,4% em 2023, mantendo os maiores valores da série. O estado do Pará partiu de 43,5% e chegou a 51,3% no mesmo período (Gráfico 23).

Embora os percentuais em Maracanã estejam abaixo da média regional, a tendência decrescimento e o valor superior a 49% em

2023 ainda configuram uma situação crítica. O uso de fossas rudimentares reflete precariedade no saneamento básico e risco de contaminação do solo e das águas. A evolução do indicador no Pará e na RI Guamá também é preocupante, indicando que a expansão de redes de esgoto tem sido insuficiente. O dado reforça a necessidade de investimentos estruturais em saneamento rural e periférico. Programas federais e estaduais devem ser reforçados para atender prioritariamente os territórios com maior vulnerabilidade sanitária (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 49,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



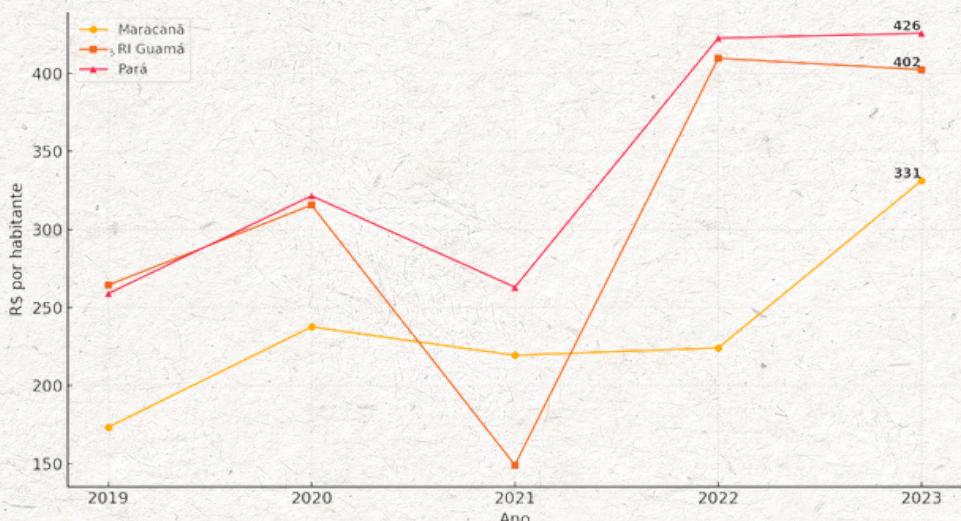
Gastos per capita com prevenção de desastres

Em Maracanã, os gastos per capita com prevenção de desastres apresentaram oscilação no período. O valor em 2019 foi de R\$ 174,8, subindo para R\$ 239,6 em 2020. Após queda para R\$ 220,4 em 2021, os investimentos voltaram a crescer: R\$ 226,3 em 2022 e R\$ 331,3 em 2023. Na RI Guamá, os valores começaram em R\$ 263,8 (2019), atingiram R\$ 318,2 em 2020, caíram para R\$ 146,3 em 2021 e depois subiram fortemente para R\$ 409,4 (2022), encerrando em R\$ 402,3 em 2023. Já o estado do Pará iniciou com R\$ 259,2 em 2019 e chegou a R\$ 426,2 em 2023 (Gráfico 24).



A tendência geral mostra que tanto a região quanto o estado priorizaram significativamente os gastos com prevenção de desastres nos dois últimos anos. Maracanã, embora tenha registrado aumento expressivo em 2023, ainda ficou abaixo das demais esferas. Essa diferença pode estar relacionada à capacidade de captação de recursos ou à intensidade de eventos climáticos registrados em cada local. O salto regional a partir de 2022 indica maior atenção governamental às vulnerabilidades ambientais. No caso de Maracanã, manter o nível de investimento de 2023 pode ser essencial para lidar com riscos locais, como enchentes ou erosão costeira (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres,
Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 331/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: CADUNICO.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14: Despesa per capita com preservação aquática**.

Despesa per capita com preservação aquática

Maracanã apresentou crescimento vertiginoso nesse indicador. O município partiu de R\$ 0,0 em 2019, passando para R\$ 1,5 em 2020, R\$ 10,4 em 2021 e alcançou R\$ 148,7 em 2022, encerrando com R\$ 232 em 2023. A RI Guamá teve valores baixos e estáveis entre 2019 e 2021 (máximo de R\$ 2,8), crescendo para R\$ 15,8 em 2022 e R\$ 43,9 em 2023. Já o Pará manteve patamar mais elevado, com R\$ 183,0 em 2019, subindo para R\$ 277,4 em 2020, caindo para R\$ 177,8 em 2022 e finalizando em R\$ 286,6 em 2023 (Gráfico 25).

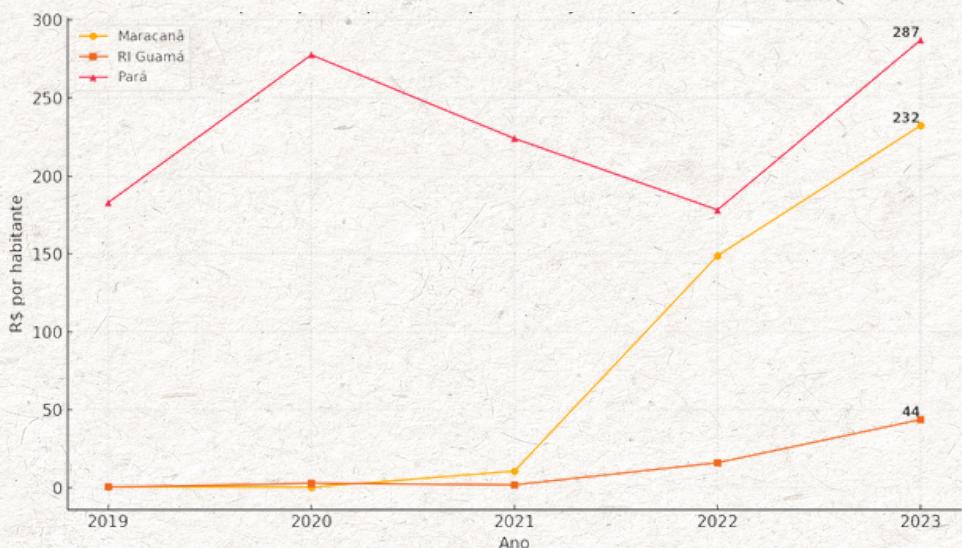
Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



O avanço de Maracanã é expressivo, aproximando-se da média estadual em 2023 e superando com folga a média regional. Essa trajetória pode refletir projetos locais voltados à conservação de rios, mangues ou bacias hídricas. A RI Guamá, por outro lado, mostra esforço tardio e gradual. O Pará manteve liderança, o que se justifica pela dimensão de suas áreas hídricas e dependência econômica da pesca e transporte fluvial. A manutenção de altos investimentos é estratégica para garantir a sustentabilidade dos recursos aquáticos e evitar impactos ambientais e sociais em longo prazo (Gráfico 25).



Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 232/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

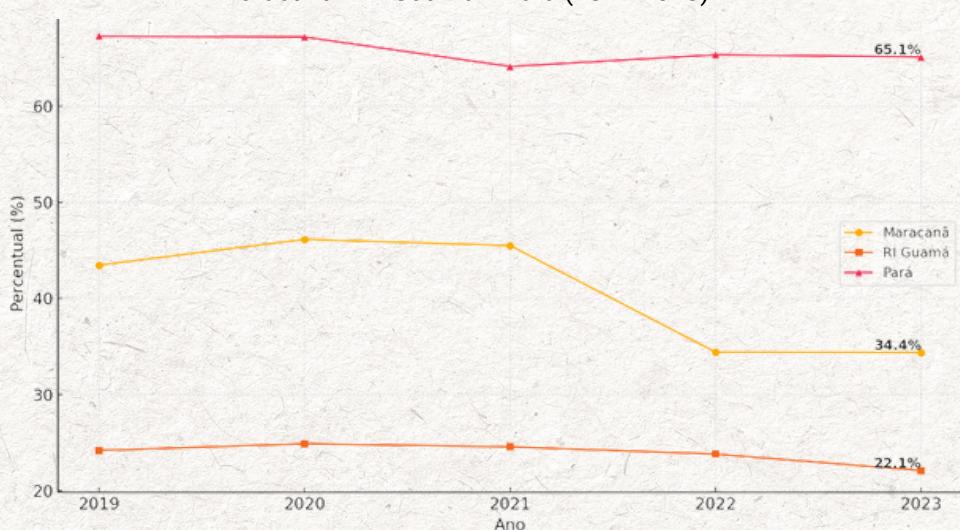
Em 2019, Maracanã registrava 43,4% de cobertura florestal, subindo para 46,4% em 2020, mas decaiu para 45,6% em 2021. A queda foi mais acentuada a partir de 2022, com 34,4%, valor que se manteve em 2023. A RI Guamá teve variação leve: 24,2% (2019), 25,1% (2020), mantendo-se em torno de 23% até cair para 22,1% em 2023. O estado do Pará apresentou estabilidade entre 2019 e 2020 (66,4%), com leve redução para 63,9% em 2021, subindo novamente para 65,1% em 2023 (Gráfico 26).

A redução significativa da cobertura florestal em Maracanã

entre 2021 e 2022 levanta preocupação, uma vez que perdeu cerca de 11 pontos percentuais em apenas um ano. Isso pode estar ligado a expansão urbana ou agrícola não controlada. A RI Guamá, embora com níveis menores, manteve relativa estabilidade. O estado do Pará manteve alta proporção de florestas preservadas, o que reflete o papel estratégico da floresta amazônica. Os dados destacam a necessidade de reforço nas políticas locais de proteção vegetal, com ênfase em fiscalização, incentivos à agroecologia e recuperação de áreas degradadas (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 34,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

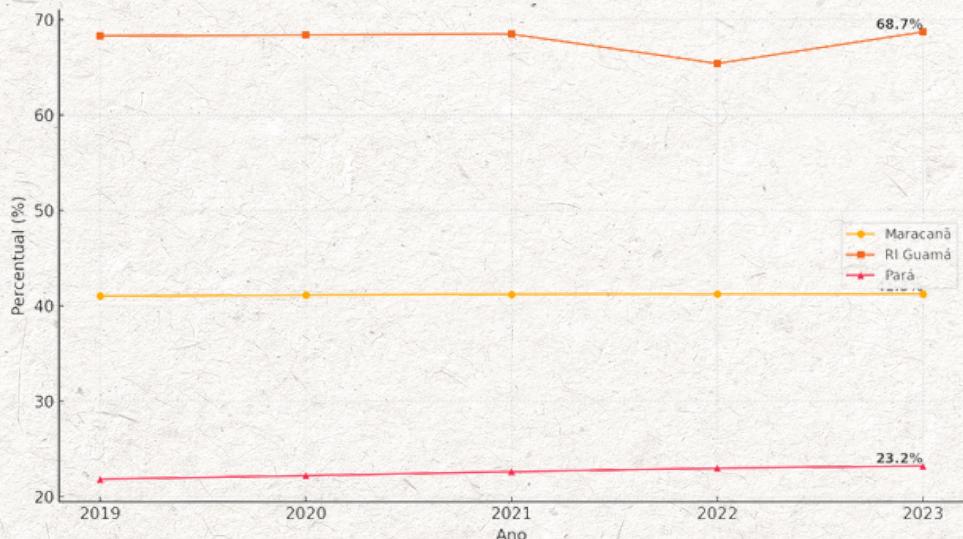
O percentual da área desmatada em Maracanã permaneceu constante entre 2019 e 2023, em torno de 41,5%. A RI Guamá apresentou os maiores percentuais, com 68,3% em 2019, 68,5% em 2020, uma breve redução para 65,0% em 2022, retornando a 68,7% em 2023. O estado do Pará iniciou com 21,6% em 2019, apresentando crescimento contínuo até alcançar 23,2% em 2023 (Gráfico 27).

Apesar de sua estabilidade, o percentual desmatado em Maracanã já é elevado, ultrapassando a marca de 40% da área

total. Isso compromete a biodiversidade e eleva os riscos de degradação do solo, perda de serviços ecossistêmicos e mudanças climáticas locais. A situação da RI Guamá é ainda mais crítica, com quase 70% da área devastada. O Pará, embora em crescimento, apresenta níveis ainda abaixo dos territórios locais. A contenção do desmatamento em Maracanã exige medidas urgentes de ordenamento territorial e uso sustentável da terra, com articulação entre os entes federativos e a sociedade civil (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 41,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Maracanã, o índice de trabalho infantil caiu drasticamente, de 23,9 casos por 100 mil habitantes em 2019 para 6,8 em 2020 e 3,7 em 2021, chegando a 0,0 em 2022 e mantendo esse valor em 2023. Na RI Guamá, a redução foi de 32,1 (2019) para 7,0 (2023), enquanto o Pará passou de 39,4 para 11,1 no mesmo período. Todos os territórios apresentaram tendência decrescente consistente ao longo dos anos (Gráfico 28).

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

O desempenho de Maracanã é expressivo e positivo, com eliminação total dos casos reportados de trabalho infantil a partir de 2022. Esse resultado pode refletir políticas locais de proteção social, fiscalização e incentivo à permanência escolar. Apesar da queda também observada nos demais níveis, o município obteve a melhora mais acelerada e completa. A manutenção de programas de assistência social e inclusão educacional será fundamental para evitar retrocessos (Gráfico 28).

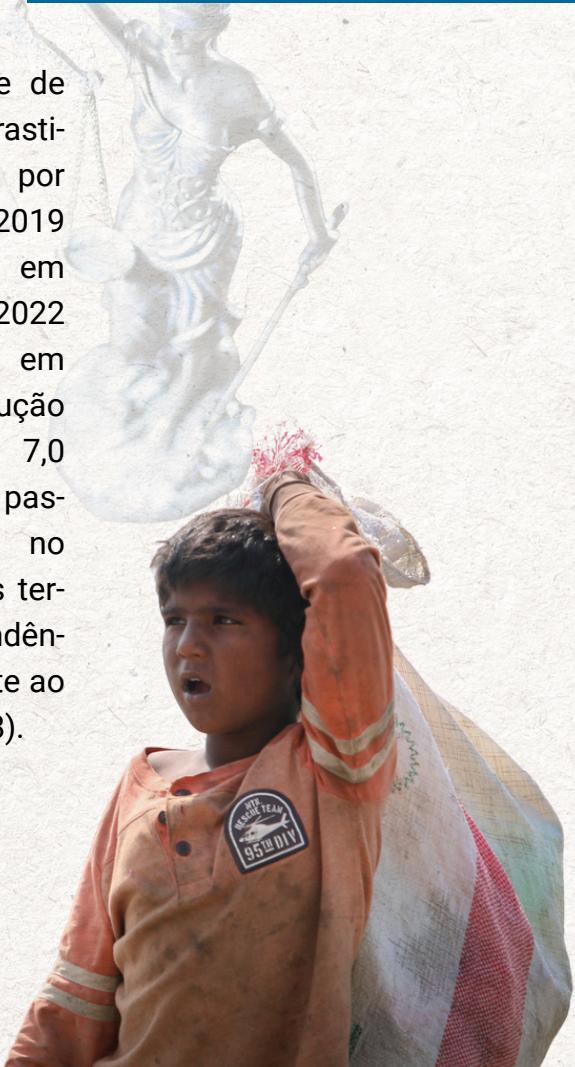
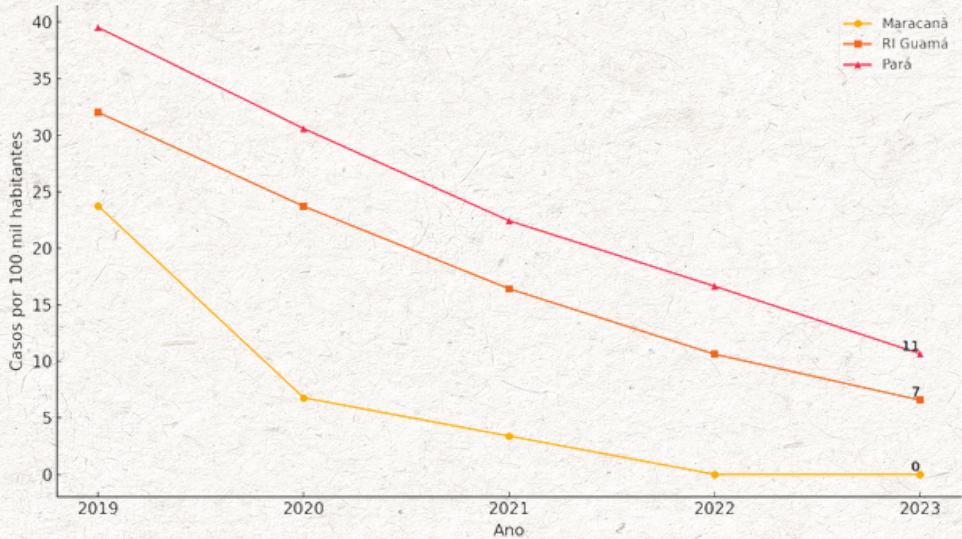




Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

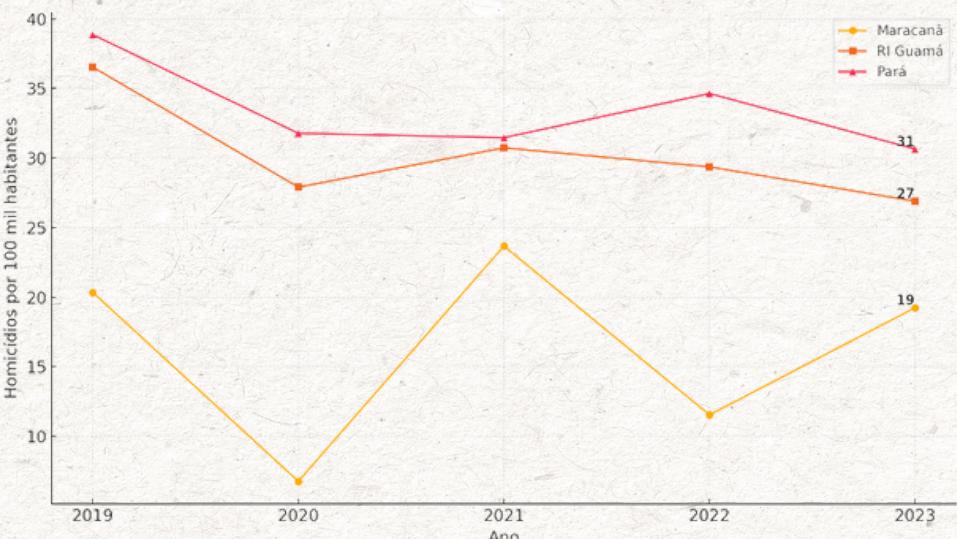
Em Maracanã, a taxa de homicídios variou de 20,5 em 2019 para 7,0 em 2020, voltando a subir para 23,9 em 2021, caindo a 11,5 em 2022 e encerrando 2023 com 19,3. A RI Guamá teve valores mais estáveis: de 36,8 (2019) para 27,0 (2023), com pico em 2021 (30,9). O estado do Pará iniciou com 39,2 em 2019, recuando para 31,1 em 2023 (Gráfico 29).

A taxa de Maracanã apresenta alta oscilação, com quedas e picos intercalados

ao longo da série, sugerindo instabilidade no controle da violência letal. Apesar de encerrar 2023 com uma taxa inferior às médias estadual e regional, o histórico de variações aponta para fragilidade na segurança pública local. O Pará e a RI Guamá apresentam tendência de queda mais suave e consistente. Fortalecer as políticas de segurança comunitária, inclusão social e inteligência policial é crucial para consolidar avanços no município (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 19 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





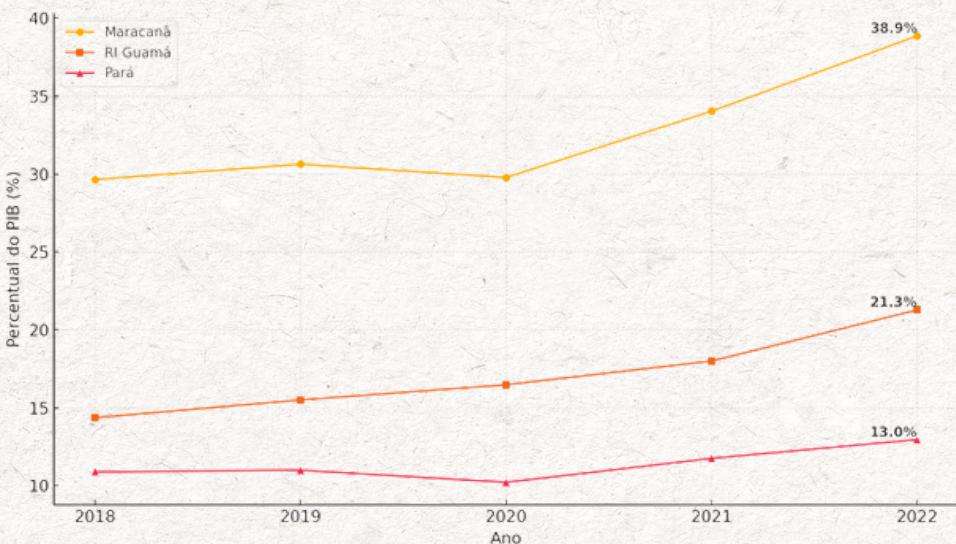
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

O município de Maracanã apresentou um crescimento expressivo no gasto público em relação ao seu PIB, iniciando em 2018 com 29,7%, subindo levemente para 30,6% em 2019. Em 2020, houve uma leve retração para 29,8%, mas a partir de 2021 os valores cresceram rapidamente: 34,0% em 2021 e 38,9% em 2022. A Região de Integração Guamá seguiu uma trajetória crescente mais moderada, partindo de 14,3% (2018) e chegando a 21,3% em 2022. Já o estado do Pará iniciou com 10,7% em 2018, manteve-se estável em 2019, recuou a 10,1% em 2020, e encerrou com 13,0% em 2022 (Gráfico 30).

Maracanã apresenta um padrão de gasto pú-

blico relativamente alto em comparação às demais escalas territoriais. A partir de 2020, o município ampliou significativamente os investimentos, o que pode indicar uma expansão dos serviços públicos, aumento da receita ou mudanças estruturais na gestão orçamentária. A RI Guamá mostrou melhora contínua, mas em níveis intermediários. O estado do Pará se manteve mais contido, o que pode refletir uma maior rigidez fiscal ou centralização de recursos em esferas específicas. Em resumo, Maracanã se destaca por sua elevação acima da média, sugerindo forte protagonismo local na aplicação de recursos públicos (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Maracanã x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 38,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta foi alcançada.



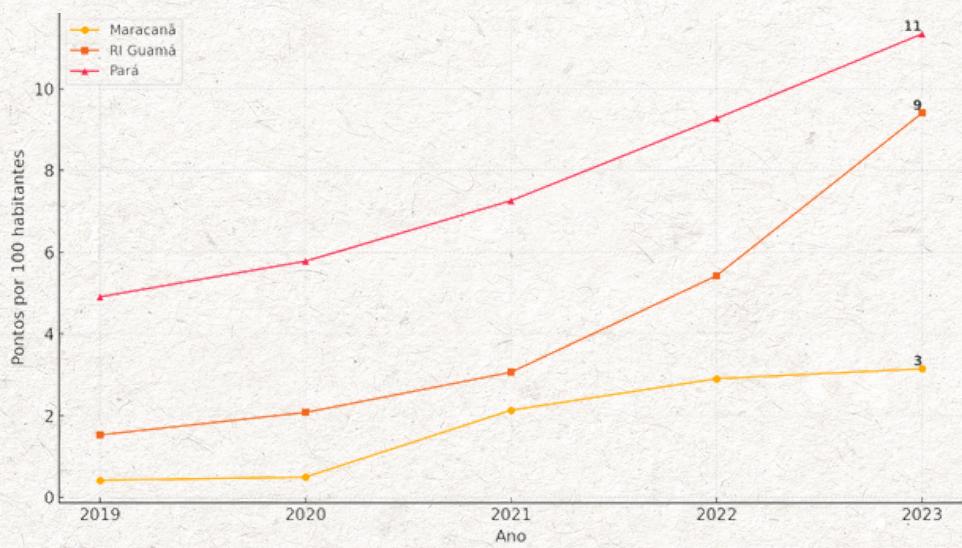
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Em Maracanã, o acesso à banda larga fixa evoluiu lentamente entre 2019 e 2023. Em 2019, o município registrava apenas 0,4 pontos por 100 habitantes, permanecendo praticamente estável em 2020, com 0,5. A partir de 2021, houve uma aceleração: 2,1 pontos, subindo para 2,9 em 2022 e alcançando 3,0 em 2023. A RI Guamá apresentou trajetória superior em todos os anos, com 1,5 em 2019, 2,1 em 2020, 3,0 em 2021, 5,4 em 2022 e 9,0 em 2023. Já o estado do Pará começou com 4,9 pontos em 2019 e finalizou com 11,0 em 2023 (Gráfico 31).

A comparação entre os três níveis evidencia

que Maracanã permanece com o menor índice de acesso à banda larga fixa, mesmo após um crescimento visível. O município avançou 650% entre 2019 e 2023, mas ainda está bem abaixo da média estadual e regional. A RI Guamá teve um progresso significativo nos últimos dois anos, e o Pará mostrou crescimento constante, mais do que dobrando seu índice em cinco anos. A desigualdade digital persiste, com a infraestrutura de Maracanã exigindo mais investimentos e políticas públicas para universalização do acesso. O desafio está em acompanhar o ritmo de expansão regional e estadual, que avançam mais rapidamente (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Maracanã x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

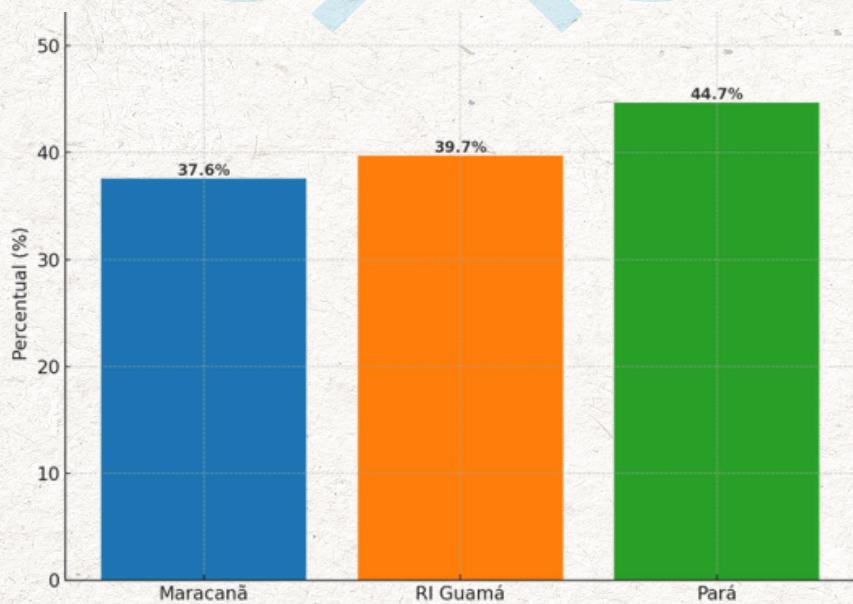
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Maracanã** registrou um IDS de **37,6%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Maracanã x RI Guamá x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposita por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução descentralizada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



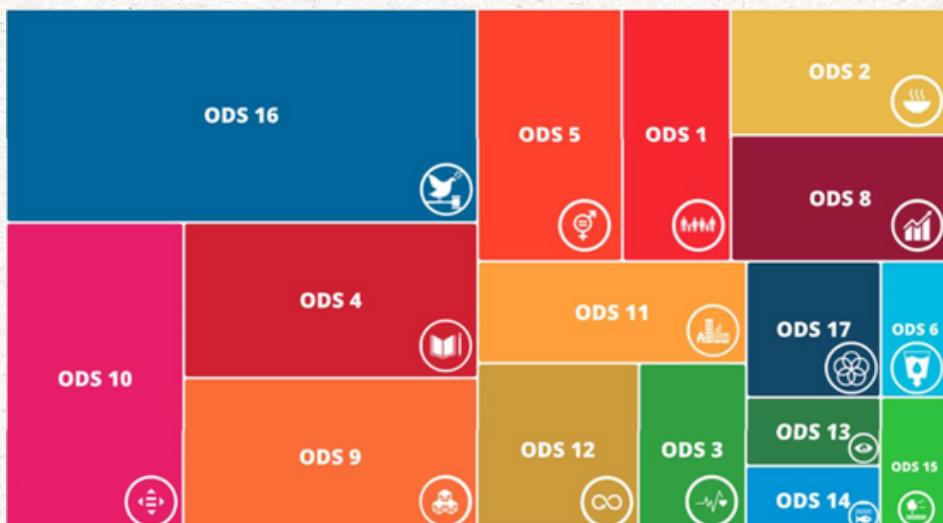
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contêm importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Maracanã na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Maracanã e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparéncia e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

